

SOLARGRID HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Solargrid Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solargrid Holding S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solargrid Holding S.A. Em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

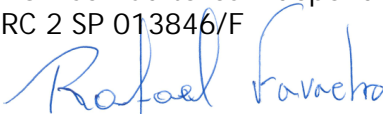


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F


Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

SOLARGRID HOLDING S.A
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

Ativo

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	117.016	2.232	8.836.456	10.212.974
Contas a receber de clientes	6	-	-	14.598.734	29.867.295
Créditos tributários	7	45.320	45.318	21.239.590	18.662.321
Estoques	8	-	-	29.095.263	33.282.710
Adiantamento a fornecedores	9	2.895	2.895	5.724.936	3.674.293
Instrumentos derivativos		-	74.403	-	432.395
Outras contas a receber		-	-	303.171	303.171
		<u>165.232</u>	<u>124.849</u>	<u>79.798.150</u>	<u>96.435.159</u>
Não Circulante					
Despesas antecipadas		33.245	33.500	334.425	305.904
Partes relacionadas	10	29.100.691	24.986.022	39.695.419	30.717.264
Direitos a receber		-	-	19.859	19.259
Imobilizado	11	-	-	1.980.396	1.857.495
Investimentos em sociedades controladas	12	8.466.834	5.637.359	637.540	-
		<u>37.600.770</u>	<u>30.656.880</u>	<u>42.667.638</u>	<u>32.899.922</u>
Total do ativo		<u><u>37.766.001</u></u>	<u><u>30.781.729</u></u>	<u><u>122.465.788</u></u>	<u><u>129.335.081</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
 Balanço Patrimonial
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Fornecedores	13	26.325	37.240	42.239.817	28.859.722
Impostos a recolher	14	123	6	6.427.777	4.771.043
Salários e contribuições e previdenciárias				1.070.893	1.859.809
Empréstimos e financiamentos	15	6.152.541	5.739.485	18.285.294	17.902.782
Provisão para contingências			-	14.465	14.465
Adiantamento de Clientes	16	7	7	54.690.112	74.766.137
		<u>6.178.997</u>	<u>5.776.739</u>	<u>122.728.358</u>	<u>128.178.395</u>
Não Circulante					
Partes relacionadas	10	31.849.573	23.848.304	-	-
Provisão para perdas de investimentos	-	-	-	-	8.674.984
		<u>31.849.573</u>	<u>23.848.304</u>	<u>-</u>	<u>8.674.984</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	17	10.078.220	10.078.220	10.078.220	10.078.220
Capital social a integralizar		-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(10.340.789)	(8.921.533)	(10.340.789)	(8.921.533)
		<u>(262.569)</u>	<u>1.156.687</u>	<u>(262.569)</u>	<u>1.156.686</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>37.766.001</u></u>	<u><u>30.781.729</u></u>	<u><u>122.465.788</u></u>	<u><u>129.335.081</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
 Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
 Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	18	-	-	93.411.411	94.679.998
Custo de vendas e serviços	19	-	-	(82.082.895)	(86.557.893)
Lucro bruto		-	-	11.328.516	8.122.105
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	20	(281.422)	(64.391)	(10.653.621)	(8.641.675)
Outras receitas operacionais				1.209.299	480.251
Equivalência patrimonial		67.250	(3.219.000)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(214.172)	(3.283.391)	1.884.194	(39.319)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	21	(1.272.763)	(835.794)	(3.599.093)	(4.245.703)
Receitas financeiras	21	3.789	82.463	575.385	264.333
Resultado financeiro líquido		(1.211.724)	(753.330)	(3.023.707)	(3.981.370)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
	22	(1.425.896)	(4.036.720)	(1.139.514)	(4.020.689)
Imposto de renda e contribuição social correntes					
		-	-	(286.382)	(16.031)
Prejuízo líquido do período		<u>(1.425.896)</u>	<u>(4.036.720)</u>	<u>(1.425.896)</u>	<u>(4.036.720)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Resultado líquido do exercício	(1.425.896)	(4.036.720)	(1.425.896)	(4.036.720)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.425.896)</u>	<u>(4.036.720)</u>	<u>(1.425.896)</u>	<u>(4.036.720)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.178.220	(100.000)	(4.640.100)	5.438.120
Capital social	-	-	100.000	100.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(4.036.720)	(4.036.720)
Ajustes do exercício anterior	-	-	(344.713)	(344.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.178.220	(100.000)	(8.921.533)	1.156.686
Prejuízo líquido do exercício			(1.425.895)	(1.425.895)
Ajustes do exercício anterior			6.641	6.641
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.178.220	(100.000)	(10.340.788)	(262.569)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(1.425.896)	(4.036.720)	(1.425.896)	(4.036.720)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa				
Depreciação	-	-	216.327	256.533
Provisão de juros empréstimos	924.123	818.885	3.097.043	4.072.623
Varição cambial Hedge	202.492	-	1.231.473	(78.955)
Varição cambial	-	(74.403)	432.395	(432.395)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	286.382	16.031
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	(67.250)	3.219.000	-	-
	<u>(366.530)</u>	<u>(73.238)</u>	<u>3.837.725</u>	<u>(202.883)</u>
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	15.268.561	(7.074.942)
Estoques	-	-	4.187.447	(7.248.770)
Tributos a recuperar	(2)	(7.861)	(2.577.269)	(5.181.246)
Adiantamentos e importações em andamento	-	-	(2.050.644)	(3.671.398)
Despesas antecipadas	255	8.419	(28.522)	(214.718)
Parte relacionadas (líquido)	3.886.600	42.597	(8.978.154)	(18.476.433)
Fornecedores	(10.915)	(7.128)	13.375.658	14.112.870
Contas a pagar	-	-	-	-
Obrigações fiscais	117	(61)	1.370.352	420.788
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	(788.916)	320.972
Adiantamento de clientes	-	-	(20.076.026)	48.019.384
Provisão para contingências	-	-	-	14.465
Outros	-	-	(600)	(23.539)
	<u>3.876.055</u>	<u>35.967</u>	<u>(298.113)</u>	<u>20.997.434</u>
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	3.509.525	(37.271)	3.539.613	20.794.550
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimento em controladas	(2.762.225)	336.066	-	-
Outros investimentos	-	-	(637.540)	-
Provisão para perda de investimento	-	(12.399)	-	(12.399)
Aquisição de imobilizado	-	-	(339.228)	(64.723)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimento	<u>(2.762.225)</u>	<u>323.667</u>	<u>(976.768)</u>	<u>(77.122)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	5.739.966	5.487.138	25.439.966	18.588.648
Pagamentos de empréstimos - Principal	(5.881.310)	(4.664.536)	(26.683.176)	(27.489.471)
Pagamentos de empréstimos - Juros	(572.215)	(785.824)	(2.702.795)	(3.693.457)
Liquidação de derivativo	74.403	(78.955)	-	-
Capital a integralizar	-	100.000	-	100.000
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	<u>(639.156)</u>	<u>57.823</u>	<u>(3.946.005)</u>	<u>(12.494.280)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>108.144</u>	<u>344.219</u>	<u>(1.383.159)</u>	<u>8.223.148</u>
Disponibilidades				
Transações sem efeitos de caixa	6641	(344.713)	6.641	(344.713)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.232	2.726	10.212.974	2.334.539
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>117.016</u>	<u>2.232</u>	<u>8.836.456</u>	<u>10.212.974</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u>108.143</u>	<u>344.220</u>	<u>(1.383.159)</u>	<u>8.223.148</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Contador - CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira

1. Contexto operacional

A Solargrid Holding S.A. é uma Companhia brasileira que tem por objetivo a participação em outras Companhias, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Possui a sede e foro localizada na Cidades do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na Rua dos Otis, 64, Gávea.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2026.

2.1.1. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3 Reapresentação dos saldos iniciais

Em atendimento às disposições do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração procedeu à reapresentação dos saldos iniciais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2024.

A reapresentação decorre de ajustes contábeis identificados após a emissão das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, relacionados principalmente a:

- a) Avaliação de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos.
- b) Rateio de despesas compartilhadas entre partes relacionadas, cuja metodologia anteriormente adotada não assegurava o reconhecimento apropriado dos custos e despesas, em conformidade com os princípios da competência e da consistência.

Após a reavaliação dos contratos, documentos de suporte e critérios de alocação de despesas, a Administração concluiu pela necessidade de ajustes nos registros contábeis, de forma a refletir adequadamente a posição patrimonial e financeira, bem como o desempenho da Companhia.

Os ajustes realizados não tiveram impacto sobre os fluxos de caixa, afetando exclusivamente as contas patrimoniais e de resultado, conforme demonstrado nos quadros de reapresentação apresentados nestas demonstrações financeiras.

Efeitos da reapresentação

Em decorrência dos ajustes efetuados, determinados saldos patrimoniais e de resultado em 1º de janeiro de 2024 foram reapresentados.

O impacto líquido dos ajustes resultou em aumento do patrimônio líquido na data mencionada, conforme detalhado nos Quadros abaixo.

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2024 (Reemissão)		31/12/2024 (Auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.212.974	0	10.212.974
Contas a receber de clientes	29.867.295	-	29.867.295
Estoque	33.282.710	3.023.322	30.259.388
Adiantamentos a fornecedores	3.674.293	-	6.697.615
Seguros	-	-	305.904
Tributos a recuperar	18.662.321	-	18.662.321
Outros ativos	303.171	-	303.171
Instrumento derivativo - Hedge	432.395	0	432.395
	<u>96.435.159</u>		<u>96.741.063</u>
Não circulante			
Despesas antecipadas	305.904	305.904	-
Partes relacionadas	30.717.264	-	64.125.619
Depósitos judiciais	19.259	0	19.259
Imobilizado	1.857.495	9.201	1.848.294
Intangível	-	-	9.201
	<u>32.899.922</u>		<u>66.002.373</u>
Total do ativo	<u><u>129.335.081</u></u>		<u><u>162.743.436</u></u>
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	28.864.158	-	28.864.159
Impostos a recolher	4.771.043	-	4.771.043
Empréstimos e financiamentos	17.902.782	0	17.902.782
Provisão para contingências	14.465	-	14.465
Obrigações sociais e trabalhistas	1.859.809	0	1.859.809
Adiantamento de clientes	74.766.137	31.446.475	43.319.662
Outras contas a pagar	-	-	-
	<u>128.178.395</u>		<u>96.731.920</u>
Patrimônio Líquido			
Capital social	10.078.220	-	10.078.220
Lucros (prejuízos acumulados)	(8.921.533)	-	(5.643.868)
	<u>1.156.686</u>		<u>4.434.352</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>129.335.081</u></u>		<u><u>162.743.436</u></u>

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2024 (Reemissão)		31/12/2024 (Auditado)
Receitas e custos operacionais			
Receita operacional líquida	94.679.998	4.453.974	90.226.024
custos operacionais	(86.557.893)	(445.824)	(86.112.069)
Lucro bruto	<u>8.122.105</u>		<u>4.113.955</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(8.641.675)	4.279.724	(4.361.951)
Outras despesas não operacionais	-	95.298	(95.298)
Outras receitas operacionais	480.251	377.010	103.241
Outras receitas não operacionais	-	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos	<u>(39.319)</u>	383.010	<u>383.010</u>
Despesas financeiras	(4.245.703)	5.048	(4.250.751)
Receitas financeiras	264.333	-	-
Resultado financeiro líquido	<u>(3.981.370)</u>	3.100.437	<u>3.364.770</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.020.689)		(743.024)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(16.031)	0	(16.031)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-
Resultado do exercício	<u>(4.036.720)</u>		<u>(759.055)</u>

2.1.4 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Companhia, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Companhia se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

c. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registrados ao custo amortizado, podendo o valor contábil ser considerado próximo ao valor justo em função da liquidez e vencimento de curto prazo.

e. Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de sistema gerador e bônus contratuais. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

f. Estoque

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

h. Ativos fiscais correntes e não correntes

Correspondem aos impostos a recuperar ou a compensar originados no decurso normal das atividades da Companhia. São apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários.

i. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

j. Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

k. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

l. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos.

m. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

n. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

- Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;

A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;

O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;

É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

o. Receita de serviços

A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;

p. Juros (receita financeira)

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

q. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “pro rata die” com base no método da taxa de juros efetiva.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

r. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC. Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se do método indireto.

2.1.5 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora SolarGrid Energia Solar Comércio e Serviços LTDA e sua controlada direta:

Companhias controladas

	Participação no Capital Total % 2025	Participação no Capital Total % 2024
Incluída na consolidação Solargrid Energia Solar Comércio e Serviços Ltda	99,99%	99,99%

Processo de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados, cabendo ressaltar que não existem participações recíprocas;

- dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as Companhias cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas Companhias.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre Companhias do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida é novamente mensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.

Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Companhia.

3.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de mercado em suas operações.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía risco de exposição cambial líquida.

(c) Risco de crédito

A Companhia não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.3 Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) /IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- Nível 2: utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

3.4 Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis das contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

3.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

- a) Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

- b) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

3.6 Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2025

A Administração informa que, para as normas, revisões e interpretações contábeis descritas a seguir, ainda não foi possível determinar se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis. A Companhia está em processo de avaliação dessas mudanças e adotará as medidas necessárias para garantir a conformidade no momento de sua aplicação. As principais normas e alterações em análise são:

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
- Descrição: a IFRS 18, emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) e introduz mudanças significativas na apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Entre as principais alterações estão:
- Categorização e subtotais na demonstração do resultado: novos requisitos para categorização de receitas, despesas, ganhos e perdas, além de subtotais padronizados;
- Agregação e desagregação de informações: diretrizes mais claras sobre como as informações devem ser agrupadas ou detalhadas;
- Rotulagem de informações: Exigência de rotulagem mais descritiva e consistente dos itens das demonstrações contábeis;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

- Divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração: transparência sobre métricas de desempenho não previstas nas IFRS, mas utilizadas pela Administração.
- b) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações
- Efetividade: períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027;
 - Descrição: a IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com requisitos de divulgação reduzidos.
- c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
 - Descrição: as alterações tratam da classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza.
- d) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - Desconhecimento de Passivos Financeiros e Classificação de Ativos Financeiros
- Efetividade: Períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026;
 - Descrição: as alterações podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação.

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3.7 Impactos da Reforma Tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/2025)

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como "Reforma Tributária". O novo sistema composto por dois tributos (IBS e CBS) sucederá cinco tributos atuais (PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI).

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Contribuição de âmbito Federal que substituirá o PIS e COFINS. Vigência a partir de 2027, com período de teste durante 2026, ocasião em que será destacado percentual nos documentos fiscais;
- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto de âmbito estadual e municipal que substituirá o ICMS e ISS. Vigência gradual a partir de 2027 com implementação plena a partir de 2033;
- Imposto Seletivo (IS): Novo Tributo que tem como foco desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes). A vigência do IS será a partir de 2027; e,
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI inicialmente não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus. A partir de 2033, esse imposto será extinto.

Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025)

A Lei Complementar nº 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos:

- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos;
- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e
- Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets).

Não se espera que as normas novas e alterações em normas existentes, que possuem início de vigência em exercícios posteriores ao findo em 31 de dezembro de 2025 tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia

4 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Em 2025, não houve, de forma generalizada, a entrada em vigor obrigatória de novos pronunciamentos técnicos relevantes emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às demonstrações contábeis das entidades brasileiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

5 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	-	-	2.560	2.560
Bancos	181	1	14.410	5.571
Total	181	1	16.970	8.132
Aplicações Financeiras	116.835	2.231	8.819.485	10.204.843
Total	116.835	2.231	8.819.485	10.204.843
Total	117.016	2.232	8.836.455	10.212.974

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos

Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	-	-	14.598.734	29.867.295
Total	-	-	14.598.734	29.867.295

O saldo de contas a receber da Companhia é composto, substancialmente, por valores decorrentes do reconhecimento de receitas relacionadas ao avanço de obras e prestação de serviços de operação e manutenção (O&M).

O reconhecimento dessas receitas é realizado em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, pelo qual a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas. No caso das obras em andamento, a mensuração ocorre com base no método de progresso (percentual de conclusão), refletindo a transferência contínua de controle ao cliente.

Para os serviços de O&M, a receita é reconhecida ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados, considerando a natureza contínua das obrigações contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

7 Créditos tributários

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a compensar	-	-	19.241.286	17.089.253
IRRF a recuperar	-	-	10.260	10.260
INSS a recuperar	-	-	-	61.139
PIS a recuperar	-	-	159.565	238.070
COFINS a recuperar	-	-	734.966	1.096.358
CSLL a recuperar	-	-	8.588	28.201
IRRF s/ aluguel	-	-	8.260	8.260
INSS a compensar	-	-	783.337	-
ISS a compensar	-	-	8.291	8.291
PIS a compensar	-	-	16.449	-
COFINS a compensar	-	-	95.067	-
CSLL a compensar	-	-	50.238	-
Saldo negativo - IRPJ 2022	45.296	45.296	78.286	78.286
Saldo negativo - IRPJ 2023	-	-	8.607	8.607
Saldo negativo - CSLL 2023	-	-	564	564
Crédito de Pis Sob Imobilizado	-	-	3.879	-
Crédito de COFINS Sob Imobilizado	-	-	17.866	-
Outros impostos a recuperar	-	-	13.467	35.011
IR s/ aplicação financeira	24	22	616	22
Total	45.320	45.318	21.239.590	18.662.321

- (i) O crédito de ICMS refere-se à aquisição de componentes do sistema gerador, os quais possuem isenção conforme Convênio ICMS 101/97.

8 Estoques

Os estoques da Companhia são compostos, substancialmente, por custos incorridos na aquisição de equipamentos e na contratação de serviços destinados à implantação de usinas, incluindo materiais, mão de obra e outros gastos diretamente atribuíveis à execução dos projetos.

Tais custos são inicialmente registrados no ativo como estoques, em conformidade com o CPC 16 - Estoques, e permanecem nessa rubrica até que atendam aos critérios de reconhecimento de receita.

À medida que ocorre o avanço físico das obras e a correspondente satisfação das obrigações de desempenho, esses valores são apropriados ao resultado como custo dos serviços prestados, em linha com o reconhecimento de receita ao longo do tempo, conforme previsto no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

A transferência dos custos para o resultado é realizada com base no método de mensuração do progresso da obra (percentual de conclusão), assegurando a adequada confrontação entre receitas e despesas no período em que são incorridas.

ATIVO		
	2025	2024
Projetos em desenvolvimento - EPC	29.095.263	33.282.710
Total	<u>29.095.263</u>	<u>33.282.710</u>

9 Adiantamento a fornecedores

Os saldos estão relacionados principalmente a valores adiantados para importação de máquinas e insumos para execução dos projetos de instalações de usinas solares fotovoltaicas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento diversos	2.895	2.895	4.892.882	3.114.391
Payfy	-	-	832.054	559.902
Total	<u>2.895</u>	<u>2.895</u>	<u>5.724.937</u>	<u>3.674.293</u>

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

10 Operações com partes relacionadas

Partes relacionadas a receber (a pagar)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Autogeração Solar Participações	2.990.969	66.500	3.295.082	237.613
Autogeração Solar BJJ Barra Ltda	-	-	1.649.447	(370.167)
Autogeração Solar Holding ASH	-	-	4.297	5.016
Autogeração Solar Icem Ltda	-	-	956.298	1.571.362
Autogeração Solar BJJ II Ltda	-	-	(909.966)	2.654.401
Autogeração Solar Tanabi Ltda	-	-	(208.724)	556.009
Autogeração Solar Werneck II Ltda	-	-	651.772	655.817
Autogeração Solar Folres II Ltda	-	-	157.750	78.069
Autogeração Solar Werneck IV - B Ltda	-	-	95.630	94.044
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	-	-	1.294.840	1.096.840
Autogeração solar Francisco sa Ltda	-	-	2.634	(84.104)
Autogeração Solar Serrana Ltda	-	-	(4.802.943)	(4.161.234)
Autogeração Solar RJ Sul Fluminense Ltda	-	-	120.932	153.811
Autogeração Solar Barra Mansa I - B Ltda	-	-	(136.163)	(251.065)
Autogeração Solar Bom Retiro Ltda	-	-	(200.666)	9.000
Autogeração Solar Bebedouro Ltda	-	-	(5.556.709)	(4.635.611)
Autogeração Solar Canas II Ltda	-	-	(146.183)	66.120
Autogeração Solar Vale Do Paraíba Ltda	-	-	(1.290.086)	(1.214.853)
Autogeração Solar Smart Paraíba do Sul	-	-	-	126.600
Autogeração Solar Itaquí	-	-	5.568.744	5.217.904
Autogeração Solar Sapucaia I - A Ltda	-	-	162.000	110.000
Autogeração Solar Coqueiros Sapucaia I B Ltda	-	-	272.744	242.629
Autogeração Solar Rio Grande Ltda	-	-	620.194	109.500
Autogeração Solar Rincão Dos Pattas Ltda	-	-	370.959	(4.085)
Autogeração Solar Consesul Itaquí Ltda	-	-	(385.716)	-
Autogeração Solar Cachoeira Paulista Ltda	-	-	(96.000)	-
Autogeração Solar Werneck III-A Ltda	-	-	2.155.609	(185.794)
Autogeração Solar Sapucaia IV	-	-	3.521.802	3.469.902
Autogeração solar morro agudo Ltda	-	-	(1.520.980)	(1.139.970)
Autogeração Solar Itaguaí	-	-	54.040	14.240
Solargrid Geração e Comercialização S. A	16.653.422	10.572.522	16.472.776	10.611.851
Autogeração Solar Compartilhada Sudeste S. A	-	-	2.262	2.262
Autogeração Solar SFI Itabapoana Ltda	-	-	3.893.546	3.621.751
Autogeração Solar Ibiá - 1 Ltda	-	-	1.465.406	439.051
Solargrid Comercialização De Energia Compartilhada	-	-	-	25
Autogeração Solar Participações Vi S. A	-	-	7.704	7.704
Autogeração Solar Guanambi Ltda	-	-	491.087	491.087
Autogeração Solar Participações Holding Vi S. A	-	-	-	7.704
ASP P6 AQ Holding Ltda	9.455.300	14.693.000	16.163.120	14.756.672
ASP P6 STD Holding Ltda	-	-	706	706
Autogeração Solar Bela Vista I	-	-	3.462	1.520.229
Autogeração Solar Participações VII	1.000	1.000	183.289	182.289
Solargrid equipamentos Ltda	-	-	90	11.500
Autogeração Solar Itaquí II A Ltda	-	-	(1.800.279)	(1.999.537)
Autogeração Solar Participações II S. A	-	-	(704.129)	(2.622.524)
Autogeração Solar Glicério	-	-	(1.981.827)	(693.025)
Autogeração Solar Fazenda Da Barra Ltda	-	-	(106.828)	(42.474)
Solargrid Autogeração	-	-	(95.604)	-
Total	29.100.691	24.986.022	39.695.418	30.717.264
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	29.100.691	24.986.022	39.695.419	30.717.264

A Companhia mantém operações financeiras com partes relacionadas no curso normal de seus negócios, principalmente no contexto de contratos de engenharia, suprimentos e construção (EPC) firmados com empresas do mesmo grupo econômico.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

No âmbito desses contratos, ocorrem fluxos financeiros entre a Companhia (EPCista) e suas contratantes relacionadas, incluindo: (i) recebimentos destinados à quitação de obras executadas, conforme marcos contratuais estabelecidos; e (ii) reembolsos de custos incorridos pela Companhia, tais como despesas operacionais, aquisição de materiais, contratação de serviços de terceiros e outros gastos diretamente atribuíveis aos projetos.

11 Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

2025						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2024	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2025
Terrenos		20.000	-	-	-	20.000
Máquinas e equipamentos	10%	482.098	313.117	-	(2.277)	792.939
Computadores e periféricos	20%	374.124	28.526	-	(161.692)	240.958
Moveis e utensílios	10%	60.567	4.521	-	(8.644)	56.444
Benfeitorias	4%	243.189	2.242	-	(11.329)	234.102
Direitos de uso de software	20%	9.201	-	(9.178)	-	23
Usina eleva		668.315	-	-	(32.385)	635.930
Total		1.857.496	348.406	(9.178)	(216.327)	1.980.396
Custo		3.283.238				3.622.466
Depreciação acumulada		(1.425.743)				(1.642.070)
Imobilizado líquido		<u>1.857.495</u>				<u>1.980.396</u>
2024						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Terrenos		20.000	-	-	-	20.000
Máquinas e equipamentos	10%	501.999	4.233	-	(24.133)	482.099
Computadores e periféricos	20%	512.442	28.628	-	(166.946)	374.124
Moveis e utensílios	10%	47.924	20.429	-	(7.786)	60.567
Benfeitorias	4%	239.025	4.164	-	-	243.189
Direitos de uso de software	20%	23.388	7.269	-	(21.456)	9.201
Usina eleva		704.528	-	-	(36.213)	668.315
Total		2.049.305	64.723	-	(256.533)	1.857.495
Custo		3.218.515				3.283.238
Depreciação acumulada		(1.169.210)				(1.425.743)
Imobilizado líquido		<u>2.049.305</u>				<u>1.857.495</u>

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Imobilizado em andamento

Os valores contabilizados no imobilizado em desenvolvimento correspondem aos custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

12 Investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2024
Solargrid Comércio	9.192.425	7.200.000	(6.600.176)	(4.181.237)	5.637.359
Investimento total					<u>5.637.359</u>

	Saldo em 31/12/2024	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a Realizar	Saldo em 31/12/2025
Solargrid Comércio	5.637.359	-	67.250	2.762.225	8.466.834
Investimento total					<u>8.466.834</u>

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: Solargrid Comércio	99,99	121.729.055	7.200.000	7.074.533	93.411.411	67.850

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em Reais)

13 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aquisição de equipamentos sistema gerador	-	-	35.727.930	13.136.437
Fornecedores diversos	26.325	37.240	6.511.887	15.723.285
	<u>26.325</u>	<u>37.240</u>	<u>42.239.817</u>	<u>28.859.722</u>

14 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS s/ faturamento	-	5	-	306.698
COFINS s/ faturamento	-	2	-	1.607.615
IRRJ s/aluguel	-	-	18.455	-
IRRJ s/ salário	-	-	26.959	-
IRRJ de terceiros	28	-	4.194	-
Impostos retidos	87	-	25.444	260.024
PIS a recolher	5	-	773.598	-
COFINS a recolher	3	-	3.730.488	-
ISS a recolher	-	-	79.280	-
IRRJ a recolher	-	-	1.125.063	-
CSLL a recolher	-	-	416.726	-
INSS de terceiros	-	-	105.962	-
ISS de terceiros	-	-	121.608	-
ISS	-	-	-	1.332.052
IRPJ e CSLL	-	-	-	1.264.654
Total	<u>123</u>	<u>6</u>	<u>6.427.777</u>	<u>4.771.043</u>

15 Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Taxa	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos Bancários	R\$	16,90%	2025	(5.739.966)	5.487.138	(16.641.832)	16.378.980
Juros				(210.083)	252.347	(461.989)	1.573.802
Gastos estruturais				-	-	50.000	(50.000)
Instrumento financeiro Hedge				(202.492)	-	(1.231.473)	-
			Total	<u>6.152.541</u>	<u>5.739.485</u>	<u>18.285.294</u>	<u>17.902.782</u>
Passivo circulante				6.152.541	5.739.485	18.285.294	17.902.782
Passivo não circulante				-	-	-	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

Em 14 de setembro de 2022, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Banco Votorantim, no montante de R\$ 10.000.000,00, tendo ocorrido a liberação no dia 14 de setembro de 2022. O objetivo desta captação é a implantação (construção) do parque solar. Sobre o principal da dívida incidem juros de CDI + 6,00% a.a. com exigibilidade de 3 ano com período de carência de principal, sendo realizado somente o pagamento de juros até março de 2023. O valor do principal está sendo amortizado em prestações mensais desde abril de 2023 e será realizado até a data de vencimento em setembro de 2025.

Em 14 de novembro de 2023, a empresa firmou contrato de financiamento junto ao Itaú na modalidade de Capital de Giro - CCB - no montante de R\$ 6.400.000,00, tendo ocorrido a liberação no dia 14 de novembro. Sobre este valor incidem juros remuneratórios pré-fixados de 1,35% a.m. e a dívida acrescida dos juros será exigível no dia 10 de maio de 2024, onde serão pagos na modalidade Bullet, tanto juros quanto o principal. O objetivo desta captação foi o refinanciamento de empréstimo já existente.

Em 01 de dezembro de 2023, a empresa firmou contrato de financiamento junto ao Banco Daycoval na modalidade de Capital de Giro com garantia via PEAC/BDNES no montante de R\$ 2.500.000,00, tendo ocorrido a liberação deste valor no mesmo dia. Sobre este valor incidem juros remuneratórios pós-fixados de CDI + 7,4745% a.a., os quais serão pagos mensalmente sem carência. A exigibilidade desta dívida é a partir de 01 de julho em decorrência da carência de principal de 6 meses, sendo amortizada em 30 meses após o fim do período de carência, sendo ela totalmente exigível em 01 de dezembro de 2026. Como finalidade desta captação, tem-se a implantação de parques solares e servir de capital de giro para a Empresa. Junto a isso, como contrapartida da operação, a trava bancária dos recebimentos de alguns contratos de Operação e Manutenção da Empresa.

Em 14 de dezembro de 2023, a empresa firmou contrato de financiamento junto ao Banco Daycoval na modalidade de Capital de Giro com garantia via PEAC/BDNES no montante de R\$ 500.000,00, tendo ocorrido a liberação deste valor no mesmo dia. Sobre este valor incidem juros remuneratórios pós-fixados de CDI + 7,4745% a.a., os quais serão pagos mensalmente sem carência. A exigibilidade desta dívida é a partir de 15 de julho em decorrência da carência de principal de 6 meses, sendo amortizada em 30 meses após o fim do período de carência, sendo ela totalmente exigível em 14 de dezembro de 2026. Como finalidade desta captação, tem-se a implantação de parques solares e servir de capital de giro para a Empresa

A movimentação de 2025 segue abaixo:

	Controladora	
Saldo final em 31/12/2023	4.962.776	Saldo em 31/12/2024 5.739.485
(+) juros incorridos	818.885	(+) juros incorridos 924.123
(-) Pagamento de juros	(785.825)	(-) Pagamento de juros (572.215)
(-) Pagamento de principal	(4.664.536)	(-) Pagamento de principal (5.881.310)
(+) Aquisição de empréstimo	5.487.138	(+) Aquisição de empréstimo 5.739.966
(+/-) Variação cambial	(78.955)	(+/-) Variação cambial 202.492
(+) Custos de empréstimo	-	(+) Custos de empréstimo -
Saldo final em 31/12/2024	5.739.485	Saldo final em 31/12/2025 6.152.541

	Consolidado	
Saldo final em 31/12/2023	26.503.394	Saldo em 31/12/2024 17.902.783
(+) juros incorridos	4.072.623	(+) juros incorridos 3.097.043
(-) Pagamento de juros	(3.693.457)	(-) Pagamento de juros (2.702.795)
(-) Pagamento de principal	(27.489.471)	(-) Pagamento de principal (26.683.176)
(+) Aquisição de empréstimo	18.588.648	(+) Aquisição de empréstimo 25.439.966
(+/-) Variação cambial	(78.955)	(+/-) Variação cambial 1.231.473
(+) Custos de empréstimo	-	(+) Custos de empréstimo -
Saldo final em 31/12/2024	17.902.783	Saldo final em 31/12/2025 18.285.295

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em Reais)

Garantias

O empréstimo junto ao Banco Votorantim conta com a constituição de garantia de aval das duas holdings do grupo, Autogeração Solar Participações e Solargrid Holding S.A., além do aval dos sócios pessoas físicas do grupo, tendo também como garantia complementar no âmbito do Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC) com provimento de recursos do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

O empréstimo junto ao Banco XP conta com a constituição de garantia de aval dos sócios pessoas físicas do grupo.

O empréstimo junto ao Banco Itaú conta com aval dos sócios pessoas físicas da Empresa junto com a cessão de aplicação financeira como garantia adicional

16 Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes referem-se, substancialmente, a valores recebidos antecipadamente no âmbito de contratos de engenharia, suprimento e construção (EPC), relacionados à implantação de usinas.

Esses montantes são registrados no passivo como obrigações contratuais, na medida em que representam valores recebidos antes da correspondente execução das obrigações de desempenho pela Companhia, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a clientes	7	7	54.690.112	74.766.137
Total	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>54.690.112</u>	<u>74.766.137</u>

17 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 10.078.220 e está representado por 10.078.220 ações ordinárias todas nominativas e sem valornominal.

	Qde de ações		Capital	
	2024	2024	2025	2024
Marcos Amado Andrade	5.133.638	5.133.638	6.121.511	6.121.511
Oskar Fossati Metsavaht	2.238.825	2.238.825	2.669.720	2.669.720
Bruno Shelton Carvalho de Paoli	980.000	980.000	1.168.066	1.168.066
Diogo Zevarucha Pinheiro	100.000	100.000	118.923	118.923
Total	<u>8.452.463</u>	<u>8.452.463</u>	<u>10.078.220</u>	<u>10.078.220</u>

SOLARGRID HOLDING S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

17.2. Resultado

A Companhia registrou prejuízo no montante de R\$ (1.425.896):

	Resultado do exercício	
	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício		
(-) Prejuízo do período	(1.425.896)	(759.055)

18. Receita Líquida operacional

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda do Sistema Gerador	-	-	76.531.286	84.205.307
Receita de serviços	-	-	20.985.689	15.126.814
Receita de O&M	-	-	5.391.734	2.924.380
Receita de aluguel	-	-	169.399	184.953
(-) Impostos federais	-	-	(8.975.766)	(7.613.164)
(-) Impostos municipais	-	-	(690.931)	(170.037)
Total	-	-	93.411.411	94.658.253

19. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos de mercadorias vendidas	-	-	(66.305.152)	(57.551.866)
Custos de serviços prestados	-	-	(1.765.861)	(18.335.538)
Custo com pessoal	-	-	(5.164.501)	(6.208.198)
Custo com serviços	-	-	(6.416.990)	(2.640.967)
Depreciação	-	-	(32.385)	(323.967)
O&M	-	-	(1.247.129)	(908.635)
Outros custos	-	-	(1.150.876)	(588.722)
Total	-	-	(82.082.895)	(86.557.893)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

20. Despesas administrativas

A composição das despesas administrativas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas administrativas	(257.083)	(64.391)	(257.083)	(64.391)
Despesas comerciais	(21.500)	-	(23.271)	-
Despesas com pessoal	-	-	(2.727.261)	(2.517.665)
Despesas de estrutura física	(2.839)	-	(1.018.074)	(1.225.881)
Serviços de terceiros	-	-	(5.806.268)	(3.913.895)
Viagens e representações	-	-	(161.378)	(249.546)
Despesa tributária	-	-	(313.273)	(456.972)
Outros	-	-	(347.012)	(213.326)
	<u>(281.422)</u>	<u>(64.391)</u>	<u>(10.653.621)</u>	<u>(8.641.675)</u>

21. Resultados financeiros

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	36	82	172.180	175.658
Variação cambial ativa	314	-	2.221	-
Variação cambial ativa Hedge	-	74.403	65.619	74.403
Ganho de Hedge	3.439	132	21.939	132
Descontos obtidos	-	-	313.427	6.293
Outras receitas	-	7.846	-	7.846
	<u>3.789</u>	<u>82.463</u>	<u>575.385</u>	<u>264.333</u>
Despesas financeiras				
Juros	-	(942)	(730)	(165.324)
Despesas bancárias	(11.199)	(11.132)	(198.437)	(98.586)
Descontos concedidos	-	-	-	(29.059)
Multas	(1.381)	(211)	(169.956)	(164.969)
Despesas IOF	(712)	(436)	(99.769)	(38.985)
Perda de hedge	(278.097)	(4.187)	-	-
Custo com estruturação de dívidas	-	-	(104.469)	-
Juros sobre empréstimos	(924.123)	(818.885)	(3.025.731)	(3.748.780)
	<u>(1.215.513)</u>	<u>(835.794)</u>	<u>(3.599.093)</u>	<u>(4.245.703)</u>
	<u>(0)</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(1.211.724)</u>	<u>(753.331)</u>	<u>(3.023.708)</u>	<u>(3.981.370)</u>

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em Reais)

22 Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro e ou Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(1.139.514)	(1.139.514)	(4.020.689)	(4.020.689)
Reconciliação para taxa efetiva:	(284.878)	(102.556)	(1.005.172)	(361.862)
			-	-
Base de Cálculo			(10.657.653)	(13.051.437)
Base de prejuízo fiscal	81.968	19.085	995.153	355.850
Imposto de Renda e Contribuição Social - Receitas/Despesas	(202.911)	(83.471)	(10.019)	(6.012)
Alíquota efetiva - %	0,18	0,07	0,00	0,00

23 Provisões judiciais

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contingências trabalhistas, cíveis e tributária classificadas como de perda provável, possível e remoto, pelos assessores jurídicos externos.

24 Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

A Companhia contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros:

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

25 Seguros

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Prazo de Vigência	Importância
SolarGrid Holding	31/10/2026	20.000.000

26 Eventos Subsequentes

A Empresa avaliou os eventos ocorridos entre 31 de dezembro de 2025 e a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

No curso dessa avaliação, a Administração identificou a necessidade de remissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência de revisões e reavaliações de informações relevantes que impactam sua adequada apresentação.

A Administração concluiu que tal fato configura evento subsequente, uma vez que as condições que originaram essa necessidade foram identificadas após o encerramento do exercício.